

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente  
BERNARD DA COSTA CAMPOS — Diretor

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo  
MAURO GUIMARÃES — Diretor  
FERNANDO PEDREIRA — Redator Chefe  
MARCOS SÁ CORRÉA — Editor  
FLÁVIO PINHEIRO — Editor Assistente  
JOSÉ SILVEIRA — Secretário Executivo

## Nunca Mais

**O** Presidente se dirigiu à nação como vencedor; proclamou a derrota da inflação nos resultados do mês de março, pediu à sociedade para manter-se mobilizada e, por último, chamou a atenção para o aspecto de que nem todos ainda se deram conta: "O Brasil está em condições de preparar a sua grande arrancada, a definitiva."

Não se trata apenas de erradicar a inflação mas, também, a mentalidade da inflação sob a qual nasceu e cresceu a geração mais nova. Propõe o Presidente uma "mentalidade do trabalho, de um país sério, sem o espírito do jeitinho". Está aí, na proscrição do jeitinho, a chave para o sucesso nacional contra os hábitos de improvisação, que encontraram o seu apogeu durante o longo reinado da inflação. É tempo de superar a marca de um país que "só desperta a curiosidade mundial pelo pitoresco do futebol e do carnaval, pelo sofrimento dos índios e pelos esquadrões da morte".

É esse o limite a ser transposto no mesmo impulso com que a cidadania aflorou em consciência coletiva. O cidadão é, aliás, o interlocutor a quem o Presidente Sarney vem se dirigindo diretamente desde a decisão de 28 de fevereiro. O convite presidencial para que os cidadãos tomassem a seu encargo a vigilância dos preços tem sido reiterado e ampliado para que os brasileiros se tornem também os fiscais da qualidade dos serviços públicos. E de alguma forma já começou a se movimentar a gigantesca engrenagem da opinião pública para assumir o seu lugar de destaque no regime democrático.

Política e eleitoralmente, os cidadãos foram uma presença — a mais importante — no processo de mudança política. Na incompatibilidade que confinou o autoritarismo ao seu malogro, a sociedade preparou-se para a mobilização em favor da eleição indireta e, em seguida gerou o consenso em torno da sucessão presidencial que devolveu à política as responsabilidades dirigentes nacionais. Mais não fez o Governo, no nível dos seus compromissos institucionais, por falta de clarividência histórica da representação política, das suas lideranças e dos partidos movidos pelos seus interesses mais imediatos. Teve o Executivo de assumir sozinho o risco da grande decisão — contra o parecer do próprio partido do Presidente — de lançar o plano de estabilização econômica. E o fez em condições políticas adversas, quando uma facção do PMDB já se desgarrava para a rebeldia demagógica.

A sociedade correspondeu com a confiança que se transformou no fato político novo. Foi o primeiro passo numa direção oposta àquela que — no país do pitoresco, do futebol oficial, do carnaval oficial, da inflação oficial — projetava a estranha simbiose de uma economia em destaque mundial atrelada a um atraso de mentalidade e hábitos folclóricos. A mentalidade do trabalho, a que se refere o Presidente Sarney, é exatamente o oposto à psicologia social e cultural do jeitinho como justificativa para a descontinuidade moral e a desorganização legal. E, como consequência da inobservância da lei, a impunidade, o calote e a cônivência política no esbanjamento dos recursos tirados à sociedade para realizar o bem comum.

No mesmo discurso o Presidente Sarney lembra que "imposto é para manter os serviços públicos. Não pode ser roubado, nem dilapidado, nem mal empregado". Sabe-se que houve roubo, houve dilapidação e mau emprego dos recursos retirados aos cidadãos. A sociedade era expectadora passiva. Foi esse o efeito perverso do jeitinho na própria moral pública. E isso é incompatível com a existência de um regime legal e de governos legítimos, que respeitem a sociedade e queram merecer o respeito dos cidadãos.

Vivemos — proclama Sarney — "um instante novo na pátria". O momento novo envelhecerá se a mentalidade do trabalho não ocupar rapidamente o lugar da mentalidade da inflação; e utilizar essa imensa energia social, que aflorou no trabalho de fiscalização, em novos canais para a cidadania exercer a sua vigilância permanente. É a lei — e não o jeitinho — que precisa ser erigida em escudo da cidadania e distintivo do Estado. A consagração do jeitinho brasileiro degenerou por um lado em licença para fugir às normas e conseguir, "por fora", o que seja ilícito e imoral; e, por outro, em institucionalizar a improvisação e dispensar a continuidade, a perseverança, os frutos do trabalho.

Para se fazerem "todas as reformas necessárias", lembradas pelo Presidente, a preliminar é mudar a mentalidade que a inflação criou, com a apologia do enriquecimento rápido mediante especulações financeiras, ou a contratação de dívidas que a desvalorização do dinheiro liquidava. A derrota da inflação impõe o compromisso moral à sociedade, ao Estado e às relações entre os cidadãos e os governos. E, por via de consequência, à vida política a ser feita do exercício da representação e não de intermediações do poder com os apaniguados.

A nação caminhava — fora de qualquer controle, segundo a palavra do Presidente — "para a estatização total dos meios produtivos", confinando a economia de mercado e arruinando a iniciativa privada. Além do custo material exorbitante, esse avanço do Estado depreciou os valores de credibilidade social, pois se fez à margem da própria Constituição. O desrespeito à delimitação constitucional, de que ao Estado compete apenas a atividade pioneira ou suplementar em economia, consagrhou a corrupção como taxa de expediente em proveito da burocacia, e conferiu status de prestígio político à intermediação de favores.

A mudança de mentalidade preconizada por Sarney é, portanto, um alerta para a reposição da moral na administração pública. Sem a existência de severa moral pública a sociedade não sustentará a confiança que demonstrou em sua resposta à convocação para defender o plano econômico. A inflação em sua fase final era o sintoma da deterioração moral que inviabilizava o Brasil.

Vencida a primeira batalha, a consolidação da vitória impõe agora a urgente desestatização da economia, para viabilizar a livre iniciativa e implantar a mentalidade do trabalho que permitam ao Brasil ser um país realmente sério, confiante mais na lei do que no jeitinho de evitá-la.

Há trinta anos o Brasil se deixou convencer de que não estava condenado ao eterno subdesenvolvimento: o Governo Kubitschek acendeu a centelha que, por três décadas difíceis, compatibilizou até a exaustão o desejo de progresso com formas de atraso cultural. As ilusões de que o desenvolvimento possível se deveu à inflação foram consumidas pela recessão. Só agora, livres da tirania inflacionária, podem os brasileiros verificar de forma isenta que, durante todo esse tempo, se deixaram enganar por aproveitadores e demagogos inconsequentes.

O choque da economia abriu à cidadania a oportunidade de ver e julgar sumariamente a grande farsa que foi a associação espúria entre inflação e desenvolvimento. E despertou-lhe o desejo de ser mais do que um eleitor, com o direito de eleger mas não de participar, ou um consumidor de preços viciados, ou ainda um contribuinte submetido a uma tributação intolerável: pagava impostos criminosamente transformados em favores pela máquina da corrupção.

Inflação e corrupção — nunca mais.